



Cerimônia de Posse – Presidência da Prevdato

(Evento ocorrido em 18/7/24, na Sede da Dataprev)

Por Carlos De Paula

Como será o Amanhã?

“Prezados e Prezadas, boa noite! Em nome do Presidente Rodrigo Assumpção, gostaria de cumprimentar toda a Diretoria da Dataprev, bem como todos os colaboradores presentes e aqueles que nos acompanham pela transmissão ao vivo.

De igual modo, na pessoa do Sr. Ricardo Pena, atual Superintendente da Previc, cumprimento todas as autoridades e amigos presentes e agradeço também pelas mensagens recebidas, encaminhadas por aqueles que não puderam comparecer, ex-ministros, deputados, ex-colegas de trabalho da Susep, da Previc, da CVM e do Banco Central. Muito obrigado pelas demonstrações de respeito e afeto pela nossa trajetória e por esse momento no qual abrimos um novo ciclo!

Nesse momento em que me foi concedida a palavra gostaria de convidá-los a fazermos juntos uma viagem sobre a história do nosso setor!”

Como será o Amanhã?

Lá se vão 100 anos: 1923, 1966, 1977, 2001 e 2007. Para gestores e especialistas do setor, o simples registro dessas datas os remete a momentos históricos de importantes inflexões na seguridade social e nos sistemas privados de proteção do cidadão. Elas remetem à materialização da atuação do Estado no sentido de oferecer respostas minimamente compatíveis às pressões e às necessidades da sociedade.

A Lei Eloy Chaves foi um claro exemplo desse esforço. Um século após a sua publicação, o Brasil conta com um dos maiores e mais importantes sistemas de proteção social do mundo, que provê o mínimo de dignidade a milhões de trabalhadores. O Regime Geral conta com 61 milhões de contribuintes e paga mensalmente aproximadamente R\$ 61 bilhões a cerca de 38 milhões de pessoas, população superior a vários países da Europa e da América Latina. Na esteira desses 100 anos, o Decreto-Lei 73/66 dispôs sobre o sistema nacional de seguros privados e regulou as operações de seguros e resseguros. Onze anos depois da sua edição, em 1977, houve a primeira grande organização institucional dos fundos de pensão por meio da publicação da Lei 6435, o primeiro marco regulatório para os segmentos fechados e abertos.

O refinamento trazido em 2001, em função das Leis Complementares 108 e 109, reposicionou o sistema trazendo inovações importantes. Dentre elas, cabe destacar os institutos da portabilidade, do Benefício Proporcional Diferido, do Autopatrocínio e do



Resgate. A LC 109/01 destacou um princípio constitucional fundamental que se configurou como fio condutor do marco regulatório: o Princípio da Transparência. Além disso, inovou ao criar a figura dos fundos instituídos, depois cunhados como Previdência Associativa, que hoje contam com cerca de 700 mil participantes (ativos, assistidos e dependentes). As potencialidades dessa modalidade associativa ainda não foram totalmente exploradas no Brasil.

A regra especial constou da LC 108/01, que tratou da governança e do custeio dos planos patrocinados por entes e empresas públicas.

No mundo das seguradoras, o mercado de previdência aberta começou a ganhar musculatura a partir da segunda metade da década de 1990, com o processo de estabilização da economia protagonizado pelo advento do Plano Real. A partir dos chamados Fundos Geradores de Benefícios Livres (FGB), avançamos para os planos tradicionais e, no final dessa década, saltamos para os chamados planos de acumulação: os PGBL, vinculados à LC 109/01, e os VGBL, vinculados ao Decreto-Lei 73/66.

Após 100 anos da estruturação do Regime Geral, 57 anos do sistema de seguros, 46 anos da previdência privada e 22 anos do último marco regulatório, encontramos-nos, em pleno século XXI, com os questionamentos dos novos tempos e do mundo novo: o mundo do multiverso! Qual balanço podemos fazer sobre os resultados do setor no último século e o que podemos esperar para os próximos 100 anos?

Para buscarmos algumas respostas, precisaremos recorrer à nova silhueta do brasileiro e, nesse sentido, parece que mudamos muito, sobretudo nos últimos 40 anos! Com uma população de 212 milhões de pessoas, dos quais 100 milhões estão no grupo de pessoas ocupadas, o Brasil é reconhecido como um país de dimensões continentais. De acordo com o último censo, deixamos de ser um país de jovens e começamos a envelhecer rapidamente, onde metade da população está acima dos 35 anos.

Do total de pessoas ocupadas, 35 milhões têm carteira assinada, outros 7,7 milhões são servidores públicos e, como mencionamos, são mais de 60 milhões de contribuintes, portanto, segurados ativos e que contribuem regularmente para o sistema público.

Diante desse quadro, há pouco tempo, o economista Rogério Nagamine, com extrema propriedade, destacou a questão do envelhecimento e a urgente necessidade de uma nova reforma da Previdência. Na mesma perspectiva, o médico gerontólogo Alexandre Kalache concedeu uma célebre entrevista, na qual, de forma cirúrgica, abordou os grandes dilemas do processo de envelhecimento e os efeitos perversos das desigualdades sociais em relação à expectativa de vida.

Nos últimos 50 anos, a sociedade brasileira não enriqueceu e ainda conta com um baixo nível de educação financeira, dois fatores relevantes geralmente apontados pelos especialistas como a ponte necessária para que os países promovam as transições intergeracionais nos sistemas previdenciários com menor grau de solavancos



sob o ponto de vista fiscal. Apesar dos esforços e de várias gestões, isso não ocorreu por aqui e a fatura do envelhecimento começou a chegar para os cidadãos.

Voltando para o mundo da Previdência Privada (Fundos de Pensão e Seguradoras), o número de pessoas com algum grau de proteção pelos sistemas, considerando os dependentes, gira em torno de 30 milhões. Pouco mais de 1/3 desse número é composto por participantes e segurados em fase de contribuição, portanto, ativos. E é aí que está o nosso dilema. Mesmo dentro do nosso “aquário” (Seguros e Previdência Privada), de aproximadamente 12 milhões de participantes e segurados ativos nos dois sistemas, incluindo o VGBL, residem alguns questionamentos fundamentais. Será que os envolvidos têm clareza do nível de benefício que receberão ao se aposentarem? Após 30 anos de militância nos dois setores e no mercado de resseguros, carrego comigo muitas dúvidas a esse respeito. Entretanto, essa deveria ser uma questão-chave para acompanhar o trabalhador desde o seu ingresso no mercado de trabalho.

Outra questão relevante está relacionada ao grau de clareza desse trabalhador acerca da suficiência do benefício previsto no seu plano. Será esse adequado para manter o padrão de renda e, portanto, a sua dignidade? E aqui vai um destaque para os planos chamados de Contribuição Definida e para os planos de Contribuição Variável. Além disso, todo cidadão deveria, minimamente, ter ideia do nível de benefício que poderá receber do Regime Geral, principalmente por ocasião das necessárias reformas que ocorreram ao longo das décadas.

Alcançar o nível ideal de contribuição é o que determinará se uma pessoa de classe média conseguirá continuar pagando o seu plano de saúde, as despesas com medicação, cuidador(a), deslocamento, condomínio, alimentação e, eventualmente, lazer. Caso contrário, nos quarenta e cinco minutos do segundo tempo, às portas dos 60 anos, pessoas que passaram boa parte de suas vidas dentro de corporações, empresas médias e até pequenos comércios poderão ser surpreendidas por uma dura realidade. Deverão continuar girando a roda até o limite de suas capacidades, inclusive sob o triste manto do etarismo e de outros “ismos” que envolvem uma sociedade ainda injusta e com um grau de cidadania muito aquém do disposto no Artigo 5º da Constituição Federal.

O Estado brasileiro tem o desafio de desenvolver estudos consistentes que demonstrem o discernimento sobre o quadro social atual e que contemple, dentre outros fatores, as profundas alterações ocorridas no mercado de trabalho nos últimos 15 anos, a transição demográfica, e o nível e qualidade da cobertura dos sistemas de proteção social (RGPS, RPPS, RGPP e seguros).

E o que isso tem a ver com a Prevdato, agora que iniciamos a nossa jornada de trabalho na Entidade? Tem tudo a ver, “junto e misturado”, como dizem os nossos amigos fluminenses!

Certamente, o Estado não pode tudo, mas os governantes e demais gestores do setor público e privado, a despeito das correntes ideológicas e vertentes políticas, têm como missão constitucional a obrigação de levar adiante os comandos gerais acerca do



tema. Sem um diagnóstico claro e transparente sobre as dores da sociedade e dos entes envolvidos, discutir eventuais arranjos nos sistemas será sempre postergar o tratamento necessário para que o país avance para uma nova dimensão, criando pontes para preservar o estoque por meio de segurança jurídica e estabilidade de regras e, ao mesmo tempo, preparar os sistemas para proteção das novas gerações.

A agenda relativa à coordenação regulatória, sobretudo nos últimos 20 anos, começa a custar caro para os cofres públicos. As evidentes falhas de mercado atualmente existentes poderiam e deveriam ser enfrentadas por meio de atuações conjuntas entre os reguladores (CNSP e CNPC), bem como por uma atuação mais estratégica e contundente do COREMEC. Nesta semana tivemos uma sinalização do Ministério da Fazenda nessa direção, em matéria veiculada na mídia acerca de estudos avançados sobre uma eventual adoção do modelo “Twin Peaks”.

Não há explicação razoável para o Brasil ainda não ter um mercado de anuidades robusto e desenvolvido, após 50 anos de funcionamento da previdência privada, mesmo depois da aprovação da LC 126/07, que tratou do mercado de resseguros, composto por entidades que poderiam oferecer lastro às operações das seguradoras e dos fundos de pensão.

Certamente o Brasil poderia ser um “hub” para a América Latina e, sob o ponto de vista geopolítico, isso poderia nos conectar muito mais com os países vizinhos e fortalecer as indústrias de seguros de vida, previdência e de fundos pensão no país.

Diante disso, juntos como uma sociedade evoluída e uma nação unida em torno de um propósito comum, temos que dar as mãos, comutar competências a avaliarmos como encaminhar ações para o aperfeiçoamento do Regime Geral, hoje centenário, num país cuja população começou a encolher e amadurecer.

Dentro desse contexto, a Prevdato, em conjunto com mais 271 entidades, tem cumprido o seu papel há cerca de 45 anos. Nesses 50 anos de existência, o nosso sistema promoveu um papel relevante em torno da educação financeira e previdenciária para várias gerações.

Há, porém, urgente necessidade da adoção de uma significativa alteração do modelo mental do Estado brasileiro e dos demais *stakeholders* para que sejam oferecidas novas respostas à sociedade do multiverso que já se instalou por aqui.

Num país com tantas peculiaridades acerca do caminho que deveríamos percorrer enquanto sociedade, certamente podemos dizer que temos um sistema de previdência exemplar na sua gênese e que garante abrigo a milhões de trabalhadores. Entretanto, as intercorrências naturais surgidas ao longo do caminho nem sempre foram enfrentadas como deveriam, de lado a lado (Sociedade Civil e Estado).



Encerramos um ciclo de 100 anos com a responsabilidade de encontrar soluções para as urgentes e necessárias correções de rumo de modo que o sistema continue cumprindo o seu papel no novo mundo que se instalou, principalmente após a crise sanitária de 2019. Por vezes, em reuniões com amigos que formamos ao longo da vida profissional me pergunto se nós, especialistas e líderes do setor, estamos prontos para isso.

Diante dessas considerações, senhores e senhoras, é que recebo com muita responsabilidade e a mesma alegria de outras oportunidades, o desafio de assumir a Presidência dessa vitoriosa Entidade de quase meio século, e que seguiu a tradição da sua Patrocinadora.

Em sinergia com os meus pares na Diretoria Colegiada, Srs. Eduardo Villar e Flavio Uchôa, envidaremos todos os esforços para levarmos adiante as orientações estratégicas dos membros Conselho Deliberativo, bem como atuaremos em plena sintonia com as linhas de defesa (ou de proteção) internas e externas da Entidade de modo que ela continue cumprindo a sua missão institucional, inclusive em relação ao fomento do setor. Pretendemos, sim, Sr. Superintendente Ricardo Pena, ao final da nossa gestão, figurar dentro no grupo das 25% melhores entidades avaliadas pela Previc, a nossa Autarquia Supervisora que acaba de completar 15 anos (parabéns aos gestores, servidores concursados e aos auditores da Receita Federal do Brasil, pelo excelente trabalho).

Diante dessas considerações, pretendemos continuar oferecendo tranquilidade e segurança para nosso principal e mais importante patrimônio: os participantes (ativos e assistidos), que são a razão da nossa existência.

Agradeço aos membros da Comissão de Seleção pela transparência do processo, respeito com os candidatos e a qualidade dos questionamentos realizados. Agradeço também imensamente pela confiança depositada pelos Conselheiros, pela Patrocinadora, na pessoa do Sr. Rodrigo Assumpção, e um agradecimento especial ao Executivo que me precedeu na Presidência da Prevdato, que com uma gentileza e parceria acima da média me inseriu rapidamente na agenda e na cultura da Prevdato.

Por fim, agradeço a Deus pela energia e sabedoria necessárias para exercer a minha missão profissional e a minha família, aqui presente, na pessoa da Dra. Ana Carolina, e das minhas filhas Victória, Sophia e Esperança. Obrigado pela doação, compreensão do momento histórico do país e por embarcarem comigo em mais essa honrosa aventura.

Como será o Amanhã? **Criaremos o Futuro e inspiraremos as pessoas!** E como alguém já disse, “Sejamos a mudança que desejamos ver!”

Vida longa à Dataprev, Vida longa à Prevdato e Viva a Democracia!

Muito obrigado!